



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA LONGA

CEP: 35.477-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Contrato nº4301.

Constitui-se objeto do presente Pregão a Contratação para prestação de serviço de transporte de usuários do Departamento Municipal de Educação, conforme especificações em conformidade com as cláusulas e condições abaixo:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BARRA LONGA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 18.316.182/0001-70, neste ato representado neste ato por seu Prefeito Municipal ELÍSIO PEREIRA BARRETO, RG nº MG066185, de ora em diante denominado simplesmente **CONTRATANTE**.

CONTRATADA: GERALDO MARTINS DA COSTA inscrita no CPF nº 065.018.978-74, estabelecido à Avenida José de Paula Novaes, 509, Acaiaca/MG, CEP 35.438-000, por seu representante legal Sr. Geraldo Martins da Silva, infra-assinado, com poderes para tanto, neste ato denominado **CONTRATADA**, decorrente de licitação Processo de Licitação Pregão Presencial nº 034/2019, tem justo e contratado o seguinte, mediante as cláusulas e condições constantes no seu respectivo EDITAL e as demais cláusulas CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente contrato tem por objeto a Contratação para prestação de serviço de transporte de usuários do Departamento Municipal de Educação, conforme especificações.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1 (A vigência do presente será de 12 doze) meses a contar da data de assinatura e a devida publicação de seu extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E COMPOSIÇÃO DE PREÇOS-DA RETENÇÃO DE TRIBUTOS

3.1 O valor global deste contrato é de R\$ 5.786,72 (Cinco mil setecentos e oitenta e seis reais e setenta e dois centavos), sendo 08 (oito) parcelas mensais no valor de R\$ 723,34 (setecentos e vinte e três reais e trinta e quatro centavos).

3.2 Estão incluídos no preço todas as despesas indiretas tais como tributos, fretes, seguros, alimentação, hospedagem, despesas de viagem e despesas inerentes à execução do objeto em geral.

3.3. Da retenção de INSS:

3.3.1 Das empresas NÃO optantes pelo Simples Nacional, será retido 11% sobre o valor bruto da NF dos serviços colacionados na IN RFB 971/2009, em especial aqueles previstos nos arts. 117 e 118. A alíquota está definida no art. 78, VI e art. 112.

3.3.2 Das empresas OPTANTES pelo Simples Nacional, será retido 11% sobre o valor bruto da NF dos serviços de construção, serviços de engenharia, vigilância, limpeza, conservação e advocacia, conforme determina o art. 191 da IN RFB 971/2009.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA LONGA

CEP: 35.477-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

3.3.3 Os valores de materiais ou de equipamentos, próprios ou de terceiros, exceto os equipamentos manuais, fornecidos pela contratada na execução do objeto do contrato poderão ser deduzidos na base de cálculo da retenção previdenciária, podendo adotar, como base de cálculo da retenção previdenciária, os percentuais previstos no art. 122 da IN RFB 971/2009.

3.4. Imposto de Renda Retido na Fonte:

3.4.1. Será retido 1,5% sobre o valor bruto da NF dos serviços colacionados nos arts. 647 651 e 652 do Decreto Federal nº 3000 de 26/03/1999.

3.4.2. Será retido 1% sobre o valor bruto da NF dos serviços colacionados no art. 649 do Decreto Federal nº 3000 de 26/03/1999.

3.4.3. Ainda que optantes pelo Simples Nacional, o Imposto de Renda será retido conforme art. 158, I da CR/88 e LC 123/2006, art. 14.

3.5. Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza:

3.5.1. Será retido o ISSQN das atividades econômicas estabelecidas na LC 116/2003, art. 3º, na alíquota definida no Código Tributário do Município de Barra Longa, conforme determina o art. 156, inciso III da CR/88.

CLAUSULA QUARTA - DO REAJUSTE DE PREÇOS

4.1. Nos termos da legislação vigente, os valores do contrato não serão reajustados durante a sua vigência.

4.2. Fica ressalvada a possibilidade de alteração de preços, caso ocorra o desequilíbrio econômico financeiro do Contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei Federal nº 8.666/93.

4.3. Caso ocorra a variação nos preços, a contratada deverá solicitar formalmente a Prefeitura Municipal, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido.

CLAUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

5.1 O serviço será prestado de acordo com as disposições do item 11 do Termo de Referência.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 As despesas de que trata o presente contrato correrão à conta dos recursos orçamentários municipais, conforme a seguinte dotação orçamentária:

02	004	12	361	1261	2005	33.90.36	101	Dep. Munc. De Educação
02	004	12	361	1261	2005	33.90.39	101	Dep. Munc. De Educação
02	004	12	361	1261	2008	33.90.36	101	Dep. Munc. De Educação
02	004	12	361	1261	2008	33.90.39	101	Dep. Munc. De Educação



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA LONGA

CEP: 35.477-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

02	004	12	361	1261	2010	33.90.36	101	Dep. Munc. De Educação
02	004	12	361	1261	2010	33.90.39	101	Dep. Munc. De Educação

6.2 Própria do orçamento de 2019.

CLAUSULA SETIMA – DAS OBRIGAÇÕES

7.1 Constituem obrigações das Partes:

7.1. DA CONTRATADA:

7.1.1 Cumprir e fazer cumprir as especificações gerais deste instrumento;

7.1.2 Reconhecer os direitos da Administração na hipótese de rescisão prevista no artigo 77 da Lei nº 8.666/1993;

7.1.3 Prestar os serviços de acordo com o Edital e conforme apresentado na proposta, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da ordem de compra, no local indicado, acompanhadas de respectivas Notas Fiscais, emitidas de acordo com as ordens de fornecimento emanadas da autoridade contratante, apresentando, ainda todas as Certidões Negativas que comprovem a sua regularidade fiscal durante a vigência do Contrato.

7.1.4 Manter durante todo o período de vigência do contrato, as mesmas condições exigidas para a habilitação, devendo comunicar imediatamente ao CONTRATANTE qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato;

7.1.5 Responder pelos prejuízos materiais ou pessoais causados por eventuais danos causados por negligência, imprudência, imperícia ou dolo próprio ou de funcionário;

7.1.6 Permitir a realização de análises periódicas da qualidade dos serviços prestados pela CONTRATANTE ou por quem essa determinar sem o aviso prévio de tal diligência;

7.1.7 Os materiais, mão de obra, insumos e tributos para essa finalidade serão de responsabilidade da Contratada;

7.1.8 Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

7.2. DA CONTRATANTE:

7.2.1 Efetuar os pagamentos nos termos especificados no contrato conforme cronograma físico financeiro.

7.2.3 Aprovar ou rejeitar os itens entregues, bem como as notas fiscais e a documentação complementar em no máximo 03 (três) dias úteis contados de sua apresentação.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA LONGA

CEP: 35.477-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

8.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento e poderá ocorrer:

a) Por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/1993;

b) Amigavelmente por acordo entre as partes, nos termos do artigo 79, inciso II da Lei Federal nº 8.666/1993, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente reduzida a termo no Processo Licitatório, desde que haja conveniência da Administração.

CLÁUSULA NONA - DA PUBLICAÇÃO

9.1 A eficácia do presente instrumento está vinculada a publicação do extrato na imprensa oficial do município, sendo esta de responsabilidade do CONTRATANTE.

CLAUSULA DECIMA - DA FISCALIZAÇÃO

10.1 A fiscalização e análise do fornecimento e da qualidade dos itens estará a cargo dos órgãos legalmente constituídos quando for solicitado pela Prefeitura Municipal de Barra Longa/MG, sempre que entender necessário sem aviso prévio a CONTRATADA.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA - DA CESSÃO OU TRANSFERENCIA DO CONTRATO

11.1 À CONTRATADA é vedado a cessão ou transferência no todo ou em parte deste contrato.

CLAUSULA DECIMA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO

12.1 O presente contrato poderá ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistosa obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitada a sessenta meses, desde que mantidas as mesmas condições.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato, o Município poderá aplicar as seguintes sanções:

a) Advertência que será aplicada sempre por escrito;

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Barra Longa/MG, por prazo não superior a 05 (cinco) anos;

c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição.

d) Multa moratória diária no valor de 0,33% (zero, trinta e três por cento) sobre o valor total estimado do contrato, em caso atraso na prestação dos serviços ou do fornecimento;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA LONGA

CEP: 35.477-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

e) Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado do contrato, pela falta da prestação dos serviços ou do fornecimento, inclusive pela recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de 05 (cinco) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. É permitido a Administração Pública modificar unilateralmente o presente contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do CONTRATADO.

14.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 8.666/1993, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

14.3. O contrato vincula-se as suas próprias cláusulas, ao Edital e seus Anexos, as normas e princípios de Direito Público, as regras da Lei nº 10.520/2002 e 8.666/1993, aplicando-se subsidiariamente as normas de Direito Civil.

14.4 O regime jurídico deste contrato administrativo é instituído pela Lei nº 10.520/2002 e Lei 8.666/1993.

14.5. Fica eleito o foro da Comarca de Ponte Nova/MG, para dirimir as questões oriundas deste contrato, renunciando desde já a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Barra Longa, 08 de julho de 2019.

Elísio Pereira Barreto
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

Geraldo Martins da Costa
Representante Legal
CONTRATADA

Testemunhas:

1. _____
CPF:

2 _____
CPF: